



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 1**

Políticas Públicas e Conjuntura



## **RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA - Escola de Verão AUGM 2017: reflexões acerca de políticas públicas a partir de dois casos do Vale do Ribeira – PR**

*Summer School AUGM 2017: reflections concerning public policies as of two cases of the Vale do Ribeira – PR*

BOESSIO, Amábile Tolio<sup>1</sup>; RODELES ANTONELLI, María Belén<sup>2</sup>; LONEL, Pedro Augusto Chizzolini<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Doutoranda em Extensão Rural, Membro do GATS – Grupo de Agroecologia Terra Sul, amabiletolio@hotmail.com; <sup>2</sup> Universidad Nacional del Litoral – UNL, belenrodeles@gmail.com; <sup>3</sup> Universidade de São Paulo – USP, pedroacleonel@gmail.com

**Tema Gerador:** Políticas Públicas e Conjuntura

### **Resumo**

Este relato surge a partir da vivência na Escola de Verão de 2017 da AUGM (Asociación de Universidades Grupo Montevideo), que foi realizada entre os dias 13 e 22 de fevereiro de 2017, com a temática: Cooperativismo e Associativismo como estratégia para o Desenvolvimento rural. Nosso relato parte da questão sob a perspectiva de seus beneficiários, em que medida o PAA e o PNAE têm favorecido os grupos de agricultura familiar, em especial aqueles vinculados a produção de orgânicos, neste caso, ainda com princípios agroecológicos? Com isso apresentamos dois casos de produtores de orgânicos com base agroecológica, uma associação e uma cooperativa de uma comunidade quilombola, ambas vinculadas à Rede Ecovida.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Associativismo; Cooperativismo.

### **Abstract**

This report comes from the experience in the AUGM (Asociación de Universidades Grupo Montevideo) Summer School of 2017. Which was held between 13 and 22 february, with the theme: Cooperativism and Associativism as a Strategy for Rural Development. Ours report emerges from the question about the perspective of its beneficiaries, how far the PAA and the PNAE have favored family farmers groups, specially those linked to the production of organic, in this case still with agroecological principles? With this we present two cases of organic producers with agroecological basis, an association and a cooperative of a quilombola community, both linked to Rede Ecovida.

**Keywords:** Family Farmers; Associativism; Cooperativism.

### **Contexto**

As políticas públicas são ações fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural, em especial ao considerarem elementos além de econômicos, sociais, políticos e culturais. Estas têm por intuito atender as demandas locais, valorizar os saberes, considerar a diversidade existente nas dinâmicas rurais, respeitar a relação com o meio ambiente, trazendo à tona as questões vinculadas à sustentabilidade e a necessidade de se trabalhar de forma organizada e cooperativa. Nesse sentido é que o PNAE e



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 1**

Políticas Públicas e Conjuntura



o PAA têm seu foco e ações pautadas, estas são duas políticas públicas que foram readaptadas e criadas para atender as demandas locais de grupos de produtores de agricultura familiar.

O que nos inquieta nesse contexto, é perceber, por meio dos próprios discursos dos beneficiários das políticas dos casos apresentados a seguir, que por vezes essas políticas têm gargalos importantes, gerando obstáculos para a organização dos próprios agricultores. Dessa forma, há grandes dificuldades desses grupos em acessar de forma efetiva tais políticas, pois em alguns momentos as relações institucionais existentes nos territórios, inviabilizam a implementação das políticas como elas estão propostas. Com isso, uma questão norteadora foi estabelecida para observação mais específica para nosso grupo: Sob a perspectiva de seus beneficiários, em que medida o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE têm favorecido os grupos de agricultura familiar, em especial aqueles vinculados a produção de orgânicos, neste caso, ainda com princípios agrocológicos?

Com o intuito de compreender como se dá a implementação das políticas públicas aqui mencionadas, a partir de visitas e trocas de experiências oportunizadas pela Escola de Verão, tivemos contato com dois grupos distintos de agricultores familiares agroecológicos, alocados no território do Vale do Ribeira, no estado do Paraná, Brasil.

O Vale do Ribeira é composto por sete municípios que têm sua base econômica vinculada à agricultura familiar; há que se salientar que mesmo sendo um território próximo de Curitiba (capital do estado) este tem por característica a presença de um IDHM baixo, sendo ainda muito presente nas famílias, uma renda baixa; tendo como resultado um importante bolsão de pobreza na região. Um fator importante é que embora o território se localize próximo da capital, o acesso é dificultado, pois as estradas são sinuosas e de difícil manutenção. De acordo com o Portal da cidadania das ações do Governo federal de 2013 houve um envolvimento de 250 famílias de agricultores no Plano Brasil sem Miséria, que engloba o PAA e o PNAE, sendo destes, 65 agricultores familiares apenas no PAA. Consta também a construção de duas escolas do campo e ainda, a capacitação de 80 agentes de desenvolvimento local.

### **Descrição da experiência**

O presente relato surge a partir da vivência na Escola de Verão de 2017 da AUGM (Asociación de Universidades Grupo Montevideo), que foi realizada entre os dias 13 e 22 de fevereiro de 2017, no Campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a temática: Cooperativismo e Associativismo como estratégia para o Desenvolvimento rural. Nesta oportunidade, tivemos aulas teóricas, dinâmicas grupais e em especial



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 1**

Políticas Públicas e Conjuntura



visitas técnicas com intuito de extrapolar os muros acadêmicos e refletir sobre as problemáticas reais sentidas pelos agricultores. Salientamos que as duas visitas, que aqui relataremos, foram em uma Associação de produtores de orgânicos – AOPA e em uma Cooperativa de uma Comunidade Quilombola com produção em formato de Agrofloresta – COOPERA Floresta, ambas vinculadas à Rede Ecovida.

Em contato diretamente com a realidade dos agricultores e grupos de agricultores locais, percebemos de forma bastante presente o discurso da necessidade de políticas públicas para o auxílio desses grupos ao acesso aos mercados. Além desse acesso, muito foi mencionado sobre a importância dessas políticas para que os agricultores possam ter um meio de financiamento, de melhorias nos processos produtivos, assistência técnica, capacitações e possibilidade de certificação para que seus produtos sejam melhores aceitos mercadologicamente, dentre outros benefícios possíveis a partir dessas políticas.

### **A Associação de Agricultura Orgânica do Paraná – AOPA:**

A primeira visita técnica foi realizada na AOPA (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná), quem nos recebeu foi o agricultor familiar agroecológico João (nome fictício), que nos explicou toda a história da associação, desde o tempo em que optaram por realizar a transição agroecológica e produzir os alimentos sem utilização de veneno. Quando iniciaram esse processo, eram apenas dez famílias envolvidas, em 1995 quando começaram a realizar as feiras orgânicas, contavam com 35 produtores e somente 10 barracas.

Com o aumento da produção, as feiras não eram mais um canal suficiente de escoamento, sendo necessário que fossem expandidas as formas de comercialização; assim, no período de 1995 – 2000 de 10 famílias envolvidas passaram a compor um número de 350.

Nesse período foi quando passam a fazer a entrega da produção para uma rede de mercados local que inicialmente abastecia 5 unidades e posteriormente passaram a atender 36 mercados. Porém durante esse processo, a rede de mercados foi vendida para uma rede local, o que mudou os contratos, logo em seguida a rede foi comprada por uma multinacional e aí a forma de pagamento passa a ser além de 60 dias, e ainda somente para o que fosse vendido, o restante passava a ser descarte, ou seja, um custo para as famílias.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 1**

Políticas Públicas e Conjuntura



Assim, no fim da década de 1990 iniciam-se as conversas sobre a criação de uma rede agroecológica de produtores para melhorias no processo de venda de seus produtos, assim como um fator importante que é a certificação; pois percebem que depender de um órgão externo para a realização e fiscalização os torna vulneráveis e de certa forma engessados. Aí é que passa a acontecer, por meio da Rede Ecovida, a certificação participativa, pois assim eles não estariam em dependência de pessoas externas para que tivessem uma certificação para os seus produtos. Essa forma participativa é avaliada pelos envolvidos como uma forma de troca de conhecimento e descentralização das informações, o que os torna apropriados de conhecimentos e práticas, bem como fortalece a participação do grupo em todo o processo; desde a produção, comercialização e até mesmo seus processos de inovação.

É muito salientado pela liderança entrevistada que foi graças à “quebra”, ao momento de dificuldade que foi percebido por eles a necessidade de inovar a forma de articulação do grupo; a formação da Rede. No início, a formação contou com cerca de 150 famílias e hoje passa a compor um total de 5 mil famílias de agricultores. A rede tem como funcionamento o formato de grupos de produtores que compõem os núcleos que têm como ação o controle social e viabiliza o funcionamento da rede.

### **A Comunidade Quilombola Areia Branca – o caso da Cooperafloresta:**

A segunda visita técnica foi realizada na Comunidade Quilombola Areia Branca, localizada no município de Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, onde tivemos a oportunidade de dialogar com membros da Cooperafloresta, uma cooperativa de produtores agroflorestais. Quem nos acompanhou por toda a visita foi o seu Adão (nome fictício) e sua família, nos apresentando o processo de produção da agrofloresta, as formas pelas quais se organizam internamente, a relação com atores externos e nos relatando um pouco do histórico da Comunidade Quilombola. A Cooperafloresta é uma cooperativa criada em 1996, atualmente formada por cerca de 110 famílias, organizadas em 22 grupos e chegando a envolver 322 pessoas dos municípios de Barra do Turvo em São Paulo e de Bocaiúva do Sul no Paraná.

O sistema agroflorestal se baseia na integração da agricultura à floresta e ao meio ambiente, preservando as matas nativas e tradicionais ao mesmo tempo em que se produz e planta “na sombra das árvores”, como relatado por seu Adão. A propriedade da comunidade está localizada em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), uma área natural onde se abrigam povos tradicionais que baseiam seu modo de vida em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. Na Comunidade de



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 1**

Políticas Públicas e Conjuntura



Areia Branca se cultiva uma diversidade de alimentos – como milho, arroz, jabuticaba, banana, abacate, mandioca, berinjela, batata doce entre muitas outras – e se criam animais de pequeno porte.

A transição do modelo tradicional de produção para o sistema agroflorestal e a entrada da Comunidade Quilombola Areia Branca na Cooperafloresta, ocorreu em 2006. Segundo relatado pela família, o processo de transição para a agrofloresta foi um processo desafiador, foram cerca de 5 anos para que conseguissem de fato se adaptar ao novo modelo de produção, tanto para garantir o autoconsumo quanto para a comercialização. Nesse período, os grupos familiares também entraram para a Rede Ecovida, o que permitiu a comunidade a certificação dos produtos orgânicos e que pudessem comercializar em feiras da região, mesmo que a maior parte de sua produção seja direcionada para o próprio consumo.

O grupo relatou que uma das principais dificuldades vivenciadas é a falta de apoio em relação às políticas públicas. Apesar de terem acessado políticas como o “Luz Para Todos”, instalando placas solares para geração de energia sustentável, e o “Minha Casa Minha Vida”, construindo duas casas para duas famílias da comunidade, outras questões relativas à falta de uma infraestrutura básica na região foram levantadas. Uma das principais dificuldades da comunidade ao acesso às políticas está ligada ao isolamento que vivem na região e a situação territorialmente complicada em que a propriedade está inserida, encontrando-se localizada na divisa entre os Estados do Paraná e de São Paulo.

É importante ressaltar que o registro da Comunidade Quilombola e a área da propriedade correspondente a agrofloresta estão localizadas em, além de dois municípios diferentes, dois estados. Essa situação gera dificuldades relacionadas à infraestrutura básica, seja na falta de um transporte adequado para escoar os alimentos, na falta de um sistema viário apropriado, um sistema de comunicação, no apoio institucional do Estado com técnicos e no acesso de políticas como o PAA e o PNAE.

## **Resultados**

Tivemos a oportunidade de conhecer dois casos que embora acessem políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar, apresentam distintas características, o que por sua vez traz pontos positivos e negativos específicos de cada um. De forma geral, temos o Caso da AOPA que atualmente tem uma estrutura não apenas física, mas de organização a partir da Rede Ecovida, que proporciona uma maior “segurança” em



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 1**

Políticas Públicas e Conjuntura



relação ao acesso a mercados; pois atualmente não mais estão dependentes apenas de uma política, mas sim compõem um conjunto de estratégias de escoamento da produção (Feiras, Cestas e as Políticas).

Um fator que torna a AOPA em condições mais favoráveis e com menor custo para acessar os mercados, até mesmo as Políticas e a assistência técnica, é sua localização privilegiada em relação, por exemplo, com a Comunidade Quilombola Areia Branca. No caso da COOPERAFLORÉSTA, chamou-nos a atenção além da dificuldade de acesso ao local, a inexistência de redes de comunicação telefônica e de internet, o que por sua vez, inviabiliza acesso rápido à informação e torna-se um gargalo quando trata-se da comercialização com outros mercados; bem como dificuldade em todo o processo produtivo.

No caso específico da Comunidade Quilombola, temos uma questão delicada quanto a própria localização em termos de território; pois esta tem suas terras no limite não apenas entre dois municípios, mas entre dois estados (São Paulo e Paraná). Esse fato gera uma série de dificuldades quanto ao acesso às políticas públicas como um todo; pois há grande disputa de poder no local, assim como uma desresponsabilização por parte de ambos os estados e municípios. Embora grande parte da Comunidade pertença ao estado do Paraná, a única forma de acesso é via estado de São Paulo, o que por sua vez gera um alto custo quando se trata do acesso às feiras e à própria entrega dos produtos para as escolas. Além de ser um caminho longo, a estrada é de terra e o caminhão adquirido pela prefeitura, para utilização dos agricultores dessa cooperativa, por ser novo fica impossibilitado de ir até a Comunidade para buscar a produção; o trajeto de estrada de chão é feito pelos próprios agricultores com um veículo próprio.

As políticas públicas, como o PNAE e o PAA, em seu planejamento estão, relativamente, bem desenhadas e pensadas, porém quando se olha para as realidades cotidianas, há grandes entraves que inviabilizam e reduzem a importância dessas políticas. No caso da Comunidade Quilombola Areia Branca, o problema da localização na fronteira entre dois Estados prejudica de certa forma a execução da política do PNAE. A comunidade conseguiu recentemente ganhar a licitação para fornecer alimentos à uma das escolas públicas do município de Araucária; no entanto, a comunidade, por estar localizada no município de Bocaíuva do Sul, enfrenta uma série de dificuldades para cumprir com as exigências colocadas pelo programa, principalmente no que diz respeito ao transporte dos alimentos e no cumprimento das exigências feitas pela nutricionista da escola. No que diz respeito a este último ponto, o grupo destacou a falta de compreensão, por parte da nutricionista da prefeitura, em conciliar as exigências nutricionais com a produção local da comunidade, considerando a sazonalidade produtiva,



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 1**

Políticas Públicas e Conjuntura



solicitando tipos e quantias de alimentos que a comunidade não poderia cumprir. Essa situação evidencia a necessidade das políticas estarem articuladas territorialmente entre os diferentes atores para que possam ser efetivas.

Sendo assim, percebemos que a partir dos discursos dos sujeitos, podemos identificar tanto um olhar otimista em relação ao PNAE e o PAA, quanto um olhar pessimista. Um olhar otimista, pois o acesso às políticas públicas vinculadas aos programas têm proporcionado uma melhora na qualidade de vida, na produção e na organização das cooperativas, associações e grupos de agricultura familiar. Em certa medida, a efetividade destas políticas tem ocorrido pela incorporação de noções e práticas vinculadas a uma concepção de desenvolvimento local, ao focar na ação territorial e na articulação de atores em rede. Por outro lado, essas políticas também são alvo de críticas, na medida em que ainda não conseguem abarcar realidades territoriais complexas e distintas, seja por questões burocráticas administrativas como também na falta de articulação dos atores locais envolvidos.